

# Ministérios

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 782, DE 10 DE OUTUBRO DE 1994

O MINISTRO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972, resolve:

Reconhecer aos portugueses abaixo nomeados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo de direitos políticos, no Brasil, nos termos dos arts. 2º, 3º e 5º do mencionado Decreto, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados na Constituição, na Convenção que instituiu o Estatuto da Igualdade e nas Leis do País:

**ALZIRA DA FONSECA CRAVEIRO** (RNE W509548-N)....., natural de Póvoa de Varzim/Portugal....., nascida a 15 de novembro de 1951....., filha de Constantino da Silva Lago e de Leontina Braz da Fonseca....., residente no Estado de São Paulo..... (Processo nº 85.05-25528/93.);

**AMÉRICO DINO ROCHA ABREU** (RNE W217439-G)....., natural de Machico/Portugal....., nascida a 14 de outubro de 1974....., filho de Manuel Gouveia de Abreu e de Teresa de Mendonça Rocha....., residente no Estado de São Paulo..... (Processo nº 85.05-18071/93.);

**JOSÉ ALBERTO DE ANDRADE GOMES** (RNE W627967-V)....., natural de Porto/Portugal....., nascido a 04 de fevereiro de 1953....., filho de Alfredo Gomes e de Maria Cândida Marques de Andrade....., residente no Estado do Rio de Janeiro..... (Processo nº 8460-9035/94.);

**JOSÉ DE CARVALHO SEQUEIRA WESTERMANN** (RNE W266223-E)....., natural de Peso da Regua/Portugal....., nascido a 18 de junho de 1932....., filho de Emílio de Carvalho Osório Westermann e de Elvira Sequeira Pinto....., residente no Estado de São Paulo..... (Processo nº 8000-16534/94.);

**LILIANA MONICA FREITAS ANDRADE** (RNE W613545-9)....., natural de Nova Lisboa/Angola....., nascida a 28 de maio de 1974....., filha de Osvaldo de Santo Cristo Almeida Andrade e de Maria Manuela Marques Freitas Andrade....., residente no Estado de São Paulo..... (Processo nº 85.05-4459/93.);

**MARIA LUCILIA CRESPO BAIA** (RNE W105344-D)....., natural de Montalegre/Portugal....., nascida a 27 de junho de 1966....., filha de José Gonçalves Baia e de Ana Baia Alves Crespo....., residente no Estado de São Paulo..... (Processo nº 85.05-15223/94.);

**MARIA TERESA DE MORAIS PINTO FURTADO** (RNE W655223-Y)....., natural de Castelo Branco/Portugal....., nascida a 15 de outubro de 1964....., filha de João Francisco Pinto Furtado e de Maria de Lurdes de Moraes Rosa Pinto Furtado....., residente no Estado de São Paulo..... (Processo nº 85.05-35.128/94.);

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS

(Of. nº 160/94)

### CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 34ª REUNIÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 1994

Aos quatro dias do mês de outubro de hum mil novecentos e noventa e quatro, às quinze horas, em sua sede, no Ministério da Justiça em Brasília-DF, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE reuniu-se sob a Presidência do Dr. RUY COUTINHO DO NASCIMENTO, com a presença dos Conselheiros CARLOS EDUARDO VIEIRA DE CARVALHO, NÉIDE TERESINHA MALARD, MARCELO MONTEIRO SOARES e JOSÉ MATIAS PEREIRA e do Procurador-Geral Substituto Dr. JORGE SOUZA DE SAATZ. O

Presidente deu por aberta a sessão, para proceder à distribuição de processos de acordo com o disposto no art. 12 do Regimento Interno. Foram distribuídos ao Conselheiro JOSÉ MATIAS PEREIRA o Processo Administrativo nº 73/92, tendo como Representante o DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS - DAP DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO - MEFP e Representada DORSAY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, e o Ato de Concentração Econômica (AC) nº 18/94, tendo como requerente a METALURGICA GERAL, e a Consulta nº 09/94, tendo como consultante a COMPANHIA BRASILEIRA DE FOTOCÓPIOS; à Conselheira NÉIDE TERESINHA MALARD foi distribuído o Ato de Concentração Econômica (AC) nº 17/94, tendo como Requerente MOINHO FLUMINENSE S.A. INDÚSTRIAS GRÁFICAS; e ao Conselheiro MARCELO MONTEIRO SOARES foi distribuído o Ato de Concentração Econômica (AC) nº 18/94, tendo como Requerentes a FICAP S.A. e ALCAN ALUMÍNIO DO BRASIL S.A., e o Processo Administrativo nº 08/91, tendo como Representante TSUNEHICO HIGUCHI e Representadas PURINA NUTRIMENTOS LTDA e SUL MINEIRA ALIMENTOS S.A. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão.

RUY COUTINHO DO NASCIMENTO  
Presidente do Conselho

(Of. nº 242/94)

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 210ª REUNIÃO  
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1994

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de mil novecientos e noventa e quatro, às nove horas, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, em Brasília-DF, no Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, sala nº 210, sob a Presidência do Professor Edmundo Alberto Branco de Oliveira. Conselheiros presentes: Miguel Frederico do Espírito Santo, Luiz Alfredo Fain, Maria Eugênia da Silva Ribeiro, Amauri Serravallo, Eduardo Manóia, Heitor Vilchez Guerreiro, Aparecido Lopes Feltrim, Heitor Piedad Junior e Luiz Flávio Borges D'Urso. Ausentes, por motivos justificados, os Conselheiros Damásio Evangelista de Jesus, Ariosvaldo de Campos Pires, Rubens Approbato Machado, George Francisco Tavares, Cláudio Lemos Fonteles, Arnaldo Camardelli Agile, Divaldo Theophilo de Oliveira Netto e Mario Julio Pereira da Silva. As sessões a Reunião o Doutor Geraldo Régio Vilar, Assessor da Coordenação Geral de Articulação Setorial da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça/MJ. Verificada a existência de quórum, o Presidente abriu a Sessão, pondo em discussão a Ata da Reunião anterior, realizada em 11 de julho de 1994, que foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente, face a Exposição do Secretário da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná, Doutor Ronaldo Antônio Botelho, sobre construção de Estabelecimentos Penais naquele Estado, propôs uma inversão na Pauta da Reunião para que os itens referentes às Comunicações e Proposições fossem tratados inicialmente. Com a aprovação unânime, o Presidente passou para a fase das Comunicações: 1) O Presidente comunicou que a Proposta do Indulto de Natal de 1994, aprovada pelo CNPCP, estava sendo encaminhada pelo Senhor Ministro da Justiça à Presidência da República. 2) O Conselheiro Aparecido Lopes Feltrim comunicou que o Relatório da Inspeção realizada na Penitenciária Federal de Segurança Máxima do Estado do Paraná será entregue ao Presidente do CNPCP, para posterior remessa ao Conselheiro Eduardo Manóia, Relator do Processo-MJ nº 12.130/94, que trata de indícios de irregularidades na construção daquela Penitenciária. 3) O Conselheiro Aparecido Lopes Feltrim comunicou também que o DEPEN/MJ, do qual é Diretor, realizou uma Inspeção no Centro de Internamento e Reeducação da COSIPE/DF, conhecido como Papuda, e na Coordenadoria de Polícia Especializada do Distrito Federal. Segundo ele, as citadas inspeções foram feitas sem que houvessem irregularidades dignas de registro. Ressaltou que será efetuada, proximamente, uma Inspeção na Penitenciária de Juiz de Fora/MG, integrada pela Chefe da Divisão Penitenciária do DEPEN/MJ e outros membros. 4) O Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso comunicou que os "Cadeiões", Unidades Prisionais para 500 presos cada, num total de 10 unidades, em São Paulo, idealizados pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado, Doutor Michel Temer, estão sendo construídos, visando, exclusivamente, desafogar os Distritos Policiais de São Paulo. Enfatizou que fazia tal comunicação, em virtude do Jornal "Folha de São Paulo" haver noticiado, no dia 15 de agosto de 1994, no seu terceiro caderno, que os citados "Cadeiões" só terminam após eleição, mas o Governo do Estado estava inaugurando unidades incompletas antes do primeiro turno. 5) O Conselheiro Heitor Piedad Junior comunicou que na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 05 de agosto do corrente ano, o Mestrado Mauro Sena defendeu, brilhantemente, uma dissertação de Mestrado sobre Arquitetura Prisional. Esclareceu que, na próxima Reunião, trará um exemplar do trabalho do autor para o CNPCP, propondo votos de parabéns ao Mestre Mauro Sena. Proposições: 1) O Conselheiro Miguel Frederico do Espírito Santo propôs a publicação de dois mil exemplares, com recursos do FUNPEN, para divulgação, da Proposta sobre a Privatização das Prisões, de autoria do Presidente do CNPCP, Professor Edmundo Oliveira, considerando que foi o próprio CNPCP, através da Resolução nº 01, de 24.03.93, que decidiu, por unanimidade, submeter a Proposta a amplo debate nacional pelos diversos segmentos da sociedade. Ressaltou que tal Proposição tem por objetivo maior dar mais divulgação sobre o assunto, tendo em vista o debate que ainda se desenrola em todo o País. Posta em discussão, o Conselheiro Amauri Serravallo